GRAFICA E EDITORA TRIBUNA DA REGIAO
LTDA:08203585000159

Assinado de forma digital por GRAFICA E EDITORA TRIBUNA DA REGIAO LTDA:08203585000159
Dados: 2025.05.15 11:57:29 -03'00'

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

CNPJ/MF: 61.082.962/0001-21

Relatório da diretoria

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.03.2025, acompanhado das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício:** Do lucro do exercício de R$ 123.912.632,09, após a constituição da reserva legal de R$ 6.195.631,60 e a reversão de reserva de reavaliação de R$ 416.437,05, apurou-se um lucro final de R$ 118.133.437,54. O dividendo mínimo obrigatório é de R$ 29.533.359,38. O saldo remanescente de lucros acumulados de R$ 88.600.078,16 foram destinados para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional. A Administração propõe aumentar o capital social em R$ 32.000.000,00 por meio da capitalização de parte da reserva de lucros/reserva estatutária operacional, em atendimento ao quanto previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do art. 22 do Estatuto Social da Companhia. Todos os assuntos relacionados ao balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, serão discutidos na próxima Assembleia Geral dos Acionistas. **Agradecimentos:** Ao término de mais um ano, agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Jussara-PR, 08 de maio de 2025

A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 (Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	658	1.733	566	93
Aplicações financeiras	7.1	788.961	577.809	553.359	399.956
Contas a receber de clientes	8	14.840	14.877	1.400	1.919
Contas-correntes - Cooperativa	9	70.064	44.603	40.787	26.850
Estoques	10	197.453	193.149	136.631	136.406
Ativo biológico	11	379.525	332.398	259.606	211.669
Impostos a recuperar	12	84.483	81.085	33.435	34.903
Outros créditos	13	18.356	19.529	30.884	38.710
Total do ativo circulante		1.554.340	1.265.183	1.056.668	850.506
Não circulante					
Aplicações financeiras	7	57.651	35.552	57.651	35.552
Contas a receber de clientes	8	17.455	13.456	297	358
Estoques	10	49.783	48.535	7.471	8.212
Depósitos judiciais	24	23.408	21.008	20.802	20.291
Impostos a recuperar	12	22.579	31.080	16.104	23.722
Outros investimentos	15	3.929	3.929	3.929	3.929
Outros créditos	13	4.765	4.775	1.908	2.497
Instrumentos financeiros derivativos	22	65.579	58.609	65.579	58.609
Tributos diferidos	14	220.520	213.169	–	–
Investimentos	16	137.821	132.614	1.221.801	1.163.672
Propriedade para investimentos	17	103.455	103.455	62.657	62.657
Imobilizado	18	2.001.098	1.817.931	1.245.639	1.061.964
Direito de uso	19	723.691	646.786	415.649	348.606
Intangível		36.213	36.540	–	–
Total do ativo não circulante		3.467.947	3.167.439	3.119.487	2.790.069
Total do ativo		5.022.287	4.432.622	4.176.155	3.640.575

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**
Circulante					
Fornecedores	20	151.209	137.078	98.288	81.279
Empréstimos e financiamentos	21	374.132	446.161	306.459	382.816
Financiamentos - Cooperativa	23	303	973	303	973
Imposto de renda e contrib. social a pagar	24	437	289	–	–
Passivos fiscais	24	18.065	16.874	15.046	14.202
Salários e encargos sociais		50.742	46.083	30.900	28.607
Dividendos a pagar	28	29.712	49.774	29.712	49.772
Parcerias agrícolas a pagar	19	130.219	90.346	39.371	26.907
Outras obrigações	25	24.435	17.819	8.088	7.902
Total do passivo circulante		779.254	805.397	528.168	592.459
Não circulante					
Fornecedores	20	–	130	–	130
Empréstimos e financiamentos	21	2.051.433	1.588.656	1.808.895	1.347.688
Instrumentos financeiros derivativos	22	23.710	957	17.827	–
Financiamentos - Cooperativa	23	5.905	5.905	5.905	5.905
Imposto de renda e contrib. social a pagar	24	14.915	14.915	14.915	14.915
Provisão para contingências	26	27.212	25.909	20.493	19.763
Passivos fiscais	24	1.527	1.106	–	34
Parcerias agrícolas a pagar	19	612.777	564.782	382.513	320.241
Tributos diferidos	14	175.642	158.416	82.449	83.115
Outras obrigações	25	53.789	45.632	38.868	35.552
Total do passivo não circulante		2.966.910	2.406.407	2.371.864	1.827.342
Total do passivo		3.746.164	3.211.805	2.900.032	2.419.801
Patrimônio líquido	28				
Capital social		653.000	610.000	653.000	610.000
Ações em tesouraria		(311)	(12.049)	(311)	(12.049)
Reserva de reavaliação		737	1.154	737	1.154
Reservas de lucros		682.917	664.926	682.917	664.926
Ajuste de avaliação patrimonial		(60.220)	(43.257)	(60.220)	(43.257)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.276.123	1.220.774	1.276.123	1.220.774
Participações de não controladores		–	43	–	–
Total do patrimônio líquido		1.276.123	1.220.817	1.276.123	1.220.774
Total do passivo e patrimônio líquido		5.022.287	4.432.622	4.176.155	3.640.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 (Em milhares de Reais)

				Reservas de lucros							
	Capital social	**Ações em tesouraria**	**Reserva de reavaliação**	**Legal**	**Incentivos fiscais**	**Estatutária operacional**	**Lucros acumulados**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total atribuível aos controladores**	**Participação de não controladores**	**Total**
Saldo em 31 de março de 2023	510.000	(12.049)	1.646	70.955	59.472	487.882	–	(16.410)	1.101.496	39	1.101.535
Participação dos administradores no lucro	–	–	–	–	–	(11.400)	–	–	(11.400)	–	(11.400)
Aumento de capital com reserva de lucros	100.000	–	–	–	(59.472)	(40.528)	–	–	–	–	–
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(492)	–	–	–	492	–	–	–	–
Instrumentos financeiros - *hedge accounting*	–	–	–	–	–	–	–	(29.288)	(29.288)	–	(29.288)
Outros resultados abrangentes em investida	–	–	–	–	–	–	–	2.441	2.441	–	2.441
Dividendos não reclamados	–	–	–	–	–	108	–	–	108	–	108
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	206.610	–	206.610	4	206.614
Destinação do lucro líquido:											
Constituição de reserva legal	–	–	–	10.330	–	–	(10.330)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(49.193)	–	(49.193)	–	(49.193)
Constituição de reserva estatutária	–	–	–	–	–	147.579	(147.579)	–	–	–	–
Saldo em 31 de março de 2024	610.000	(12.049)	1.154	81.285	–	583.641	–	(43.257)	1.220.774	43	1.220.817
Participação dos administradores no lucro	–	–	–	–	–	(22.140)	–	–	(22.140)	–	(22.140)
Aumento de capital com reserva de lucros	43.000	–	–	–	–	(43.000)	–	–	–	–	–
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(417)	–	–	–	417	–	–	–	–
Aquisição não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(45)	(45)
Cancelamento ações em tesouraria	–	12.049	–	–	–	(12.049)	–	–	–	–	–
Compra de ações em tesouraria	–	(311)	–	–	–	–	–	–	(311)	–	(311)
Instrumentos financeiros - *hedge accounting*	–	–	–	–	–	–	–	(11.564)	(11.564)	–	(11.564)
Outros resultados abrangentes em investida	–	–	–	–	–	–	–	(5.399)	(5.399)	–	(5.399)
Dividendos não reclamados	–	–	–	–	–	384	–	–	384	–	384
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	123.913	–	123.913	2	123.915
Destinação do lucro líquido:											
Constituição de reserva legal	–	–	–	6.196	–	–	(6.196)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(29.534)	–	(29.534)	–	(29.534)
Constituição de reserva estatutária	–	–	–	–	–	88.600	(88.600)	–	–	–	–
Saldo em 31 de março de 2025	653.000	(311)	737	87.481	–	595.436	–	(60.220)	1.276.123	–	1.276.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 (Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**
Receita operacional líquida	30	1.636.092	1.618.907	1.005.544	952.161
Mudança de valor justo de ativo biológico	11	12.352	14.165	35.258	27.437
Custo dos produtos vendidos	32	(1.197.032)	(1.161.961)	(734.148)	(703.985)
Lucro bruto		451.412	471.111	306.654	275.613
Despesas administrativas e gerais	32	(112.247)	(103.854)	(81.558)	(81.265)
Despesas com vendas	32	(10.487)	(17.814)	(6.703)	(5.668)
Outros resultados operacionais	31	59.115	118.556	31.630	95.702
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	16	–	–	83.253	103.336
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos		387.794	467.999	333.276	387.718
Receitas financeiras		103.825	77.053	78.333	60.331
Despesas financeiras		(363.429)	(311.090)	(290.456)	(235.465)
Resultado financeiro	33	(259.604)	(234.037)	(212.123)	(175.134)
Participação nos lucros de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	16	27.852	21.445	11.754	7.683
Resultado antes dos impostos		156.042	255.407	132.907	220.267
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(10.231)	(2.407)	–	(303)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(21.896)	(46.386)	(8.994)	(13.354)
		(32.127)	(48.793)	(8.994)	(13.657)
Lucro líquido do exercício		123.915	206.614	123.913	206.610
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		123.913	206.610	123.913	206.610
Acionistas não controladores		2	4	–	–
Lucro líquido do exercício		123.915	206.614	123.913	206.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	**31 de março de 2024**	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**
Lucro líquido do exercício	123.915	206.614	123.913	206.610
Outros resultados abrangentes				
Ajuste instrumentos financeiros - *hedge accounting*	(27.284)	(28.361)	(21.224)	(27.319)
Tributos diferidos s/*hedge accounting*	12.021	(1.762)	9.660	(1.969)
Outros resultados abrangentes em investida	(1.700)	3.276	(5.399)	2.441
Resultado abrangente total	106.952	179.767	106.950	179.763
Resultado abrangente atribuível para:				
Acionistas controladores	106.950	179.763	106.950	179.763
Acionistas não controladores	2	4	–	–
Resultado abrangente total	106.952	179.767	106.950	179.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 (Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		156.042	255.407	132.907	220.267
Ajustado por:					
Depreciação do imobilizado e PPI	17 e 18	257.161	206.591	157.831	128.625
Amortização do ativo biológico	11	259.597	236.295	160.290	169.962
Depreciação parcerias	19	129.505	97.799	51.053	29.569
Valor residual dos ativos imobilizados e investimentos	16 e 18	6.856	1.831	1.416	(358)
Ajuste a valor presente e provisão para perdas - contas a receber	8	(2.202)	2.582	(594)	63
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	17	18	(672)	297	(248)
Encargos financeiros parcerias a pagar	19	68.371	61.787	34.120	26.281
Resultado de equivalência patrimonial	16	(27.770)	(21.494)	(94.925)	(111.019)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	(12.352)	(14.165)	(35.258)	(27.437)
Mudança no valor justo estoque CBIOS e realização por venda		(246)	(30.450)	8.193	(15.649)
Juros e variações monetárias		247.864	247.248	213.917	212.723
Provisão para contingências	26	6.259	(40.420)	2.208	(39.664)
		1.089.102	1.002.340	631.455	593.115
Variações de ativos e passivos					
(Aumento) redução em impostos a recuperar		5.103	9.497	9.086	27.129
(Aumento) redução de estoques		(5.306)	33.986	(8.784)	(1.092)
(Aumento) em depósitos judiciais		(2.399)	(73)	(511)	62
(Aumento) redução ativo não circulante mantido para venda		(7)	7	–	–
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		(2.008)	(9.149)	1.174	372
(Aumento) em contas-correntes - Cooperativa		(25.461)	(8.551)	(13.937)	9.202
(Aumento) redução em outros créditos e adiantamento a fornecedores		5.357	(26.068)	8.569	(30.850)
(Aumento) redução em passivos fiscais		840	7.028	810	5.982
Aumento (redução) em salários e encargos sociais		4.658	17.326	2.294	11.402
Aumento (redução) em fornecedores		14.001	36.668	16.879	6.251
Aumento em outras obrigações e adiantamento de clientes		14.456	(46.006)	2.553	(6.676)
		9.234	14.665	18.133	21.783
Juros pagos	21	(192.347)	(242.637)	(149.031)	(199.565)
Pagamento de contingências	26	(4.955)	(1.540)	(1.478)	(26)
Participações e encargos		(22.140)	(11.400)	(22.140)	(11.400)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.311)	(2.832)	–	(1.703)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		869.582	758.596	476.938	402.231
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aquisição de investimentos e propriedade para investimento		(436)	(16.600)	(297)	(13.032)
Aplicações financeiras		(233.251)	15.112	(175.502)	85.103
Aumento de capital em investida		–	–	–	(65.921)
Dividendos recebidos	27	20.998	38.495	36.710	31.100
Aquisições de ativo biológico	11	(294.372)	(260.215)	(172.969)	(156.794)
Valor recebido pela venda de imobilizado		5.974	8.264	3.590	4.444
Aquisições de ativo imobilizado	18	(430.698)	(402.497)	(331.610)	(244.708)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de investimentos		(931.785)	(617.441)	(640.078)	(359.808)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(281.988)	(716.260)	(224.616)	(674.084)
Liquidação de instrumentos financeiros		(1.314)	(27.318)	(1.155)	(27.318)
Compra de ações em tesouraria		(311)	–	(311)	–
Tomada de empréstimos e financiamentos	21	581.250	820.348	516.772	779.882
Pagamentos contratos de parceria e adiantamentos		(186.913)	(165.052)	(77.482)	(66.106)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(49.596)	(54.992)	(49.596)	(54.992)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos		61.128	(143.274)	163.613	(42.618)
(Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1.075)	(2.119)	473	(195)
Demonstração do aumento (diminuição) do caixa e equivalente de caixa					
No início do exercício		1.733	3.852	93	288
No fim do exercício		658	1.733	566	93
		(1.075)	(2.119)	473	(195)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ("Companhia") tem sede no Município de Jussara, Estado do Paraná e unidades operacionais no mesmo Estado. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), possuem como atividades preponderantes a exploração agrícola e industrial da cana-de-açúcar e de outras espécies vegetais, em especial a produção e comercialização de etanol, açúcar e seus subprodutos, a agricultura, a produção e comercialização de mudas e sementes, a indústria, comércio e exportação dos produtos explorados pela Companhia, podendo exportá-los e importar bens e insumos para seu uso e consumo próprio, a produção e comercialização de energia elétrica, o comércio de imóveis urbanos e rurais, o arrendamento de imóveis rurais e a participação, na qualidade de sócia ou acionista, em outras empresas. *Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar:* A controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar, com sede no Município de Suzanapolis, Estado de São Paulo, tem como objeto a exploração agrícola e industrial da cana-de-açúcar e de outras espécies vegetais, em especial a produção e comercialização de etanol, açúcar e seus subprodutos, a agricultura, a produção e comercialização de mudas e sementes, a indústria, comércio e exportação dos produtos explorados pela Companhia, podendo exportá-los e importar bens e insumos para seu uso e consumo próprio, e a produção e comercialização de energia elétrica. *UTE Vale do Paraná Albioma S/A:* A UTE Vale do Paraná Albioma S/A, com sede no Município de Suzanapolis, Estado de São Paulo, tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica. *Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda.:* A controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., com sede no Município de Cianorte, Estado do Paraná, tem como objeto a compra e venda, a permuta e quaisquer outras formas de aquisição e alienação de bens imóveis, inclusive doação, a administração de bens próprios e a promoção de loteamentos e incorporações imobiliárias sobre imóveis próprios. *Melhoramentos Bioenergia Ltda.:* A controlada Melhoramentos Bioenergia Ltda., com sede no Município de Jussara e filial no Município de Nova Londrina, Estado do Paraná, tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica. *Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.:* A controlada Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., com sede no Município de Jussara, Estado do Paraná, tem como objeto a compra, venda e arrendamento de imóveis rurais, a administração de bens próprios e a exploração de atividade agrícola, em especial o cultivo de cana-de-açúcar. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2025. **2. Entidades do Grupo:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e as seguintes controladas:

		Percentual de Participação *	
Controladas	**País de domicílio**	**31 de março de 2025**	**31 de março de 2024**
Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar	Brasil	100,00%	100,00%
Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Brasil	100,00%	99,97%
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Coligadas			
UTE Vale do Paraná Albioma S/A	Brasil	60,00%	60,00%
Copersucar S.A.	Brasil	4,71%	4,71%

(*) Considerando a participação direta e indireta. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram autorizadas pela administração da Companhia em 08 de maio de 2025. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 6. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2024: • **Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current",* cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Os impactos de divulgação, para a Empresa, decorrente da referida alteração, estão mencionados nas Notas 3.2(i) e 49.15. • **Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação "e os "pagamentos da locação revistos "de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para a Companhia e suas controladas. • **Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs"*) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas. **3.2 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao CPC 02 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (equivalente internacional ao CPC 02), adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, a norma somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente internacional ao CPC 48) e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente internacional ao CPC 40) para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia e suas controladas, não esperam que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente internacional ao CPC 26), introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A Companhia e suas controladas não esperam que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de a

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. *Impairment:* A Companhia e suas controladas avaliam, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting).* Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou O valor justo do instrumento derivativo usados para fins de *hedge* e a movimentação nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão divulgados na Nota 22. *Hedge* de fluxo de caixa. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Quando os contratos a termo são usados como *hedge* das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de *hedge*. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de *hedge*. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de *hedge*. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue. Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas). Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativo e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. Ineficácia do *hedge:* A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. O Grupo contrata *swaps* de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. A ineficácia do *hedge* de *swaps* de taxa de juros é avaliada constantemente. Ela pode ocorrer devido: • ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e • diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado: Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro". Em 31 de março de 2025 não haviam instrumentos mensurados ao valor justo por meio de resultados. **d. Capital social - Controladora:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **e. Ativos intangíveis: Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **f. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais para o período corrente são as seguintes:

	Média ponderada	
	Consolidado	Controladora
Equipamentos agrícolas	7%	7%
Construções e instalações	2%	2%
Equipamentos de escritório	8%	8%
Equipamentos de transporte	6%	6%
Equipamentos técnicos	4%	4%
Plantas portadoras	17%	17%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício, não houve alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado. **g. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. **h. Parcerias agrícolas e arrendamentos:** Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **i. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os imóveis a comercializar são avaliados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas com vendas. A Companhia e sua controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar, realizam anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte. Referente a créditos de descarbonização (CBIOs), o reconhecimento inicial é a valor justo menos despesas de venda. Após o reconhecimento inicial o CBIO passa a seguir o CPC 16 de estoques, com avaliação de *impairment* desse ativo caso o valor de mercado (bolsa) reduza. O valor nesse caso sofre ajuste apenas para baixo, se o valor de mercado sobe o CBIO não aumenta de valor nos estoques. **j. Redução ao valor recuperável** ***(impairment): Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Investimentos:** O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo. O investimento mantido na Copersucar S.A., na Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar, na Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., na Melhoramentos Bioenergia Ltda., e na Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Companhia conforme demonstrado na Nota 16. **l. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte. **m. Benefícios a empregados:** ***(i) Plano de contribuição definida:*** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições e o plano de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. ***(ii) Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **o. Receita operacional:** ***Venda de produtos:*** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As receitas de vendas de etanol e açúcar, são reconhecidas no resultado do exercício baseado na participação, determinada de acordo com a produção do Grupo em relação às outras cooperadas, em conformidade com as definições contábeis do Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil. ***Venda de imóveis:*** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. reconhece a receita quando cumprida todas as obrigações de desempenho, ou seja, quando de fato o imóvel está livre para ser utilizado pelo cliente e considera os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. As venda a prazo são efetuadas com alienação fiduciária do imóvel, em caso de inadimplência esses imóveis retornam para a Empresa e a venda é cancelada. **p. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)* reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **q. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício correntes e diferidos, para a Controladora e suas controladas, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, 100% do lucro tributável anual para as atividades rurais e 30% do lucro tributável anual para as demais atividades. Para as controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Melhoramentos Bioenergia Ltda., e Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **r. Aspectos ambientais:** As instalações da Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Caixa e depósitos bancários	169	152	82	93
Aplicações financeiras	489	1.581	484	–
	658	1.733	566	93

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na Nota Explicativa nº 29.

7.1 Aplicações financeiras:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Aplicações financeiras - Circulante	788.961	577.809	553.359	399.956
Aplicações financeiras - Não Circulante	57.651	35.552	57.651	35.552
	846.612	613.361	611.010	435.508

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Fundos de Investimentos	706.732	422.862	503.743	275.069
Fundos de Investimentos Exclusivos	139.880	180.786	106.778	151.031
Títulos do Governo	–	8.313	–	8.313
Renda Fixa	–	1.400	489	1.095
	846.612	613.361	611.010	435.508

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Fundos de Investimentos, Fundo de Investimento Exclusivo e Títulos de Renda Fixa, apresentando uma remuneração média, até 31 de março de 2025, de 102,92% (97% em março de 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os fundos de investimentos são da classe Multimercado e Renda Fixa e apresentaram remuneração de 103,82% do CDI. Os Investimentos em Renda Fixa consistem em Títulos de Crédito Privado e Crédito Bancário com remuneração de 117,17% do CDI. Os fundos de investimentos exclusivos são compostos basicamente por Títulos de Renda Fixa, fundos multimercados e fundos de renda fixa e apresentaram remuneração de 90,45% do CDI. As aplicações de longo prazo referem-se a (i) Cotas de Fundos de Investimento mantidos em conta Escrow remuneradas à taxa média de 97,16% (101,10% % em março de 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e cujo recurso assegura o cumprimento de obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em Junho de 2022 no processo de aquisição de ações da Controlada Vale do Paraná S.A. Álcool e Açúcar e (ii) Cotas de Fundo Imobiliário, remuneradas à taxa média de -0,32% a.a. (-0,42% a.a. em março de 2024).

8. Contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Contas a receber de clientes no país	45.256	38.821	2.678	2.664
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	(1.164)	(577)	(858)	(236)
Ajuste a Valor Presente	(11.797)	(9.911)	(123)	(151)
	32.295	28.333	1.697	2.277
Ativo Circulante	14.840	14.877	1.400	1.919
Ativo Não Circulante	17.455	13.456	297	358
	32.295	28.333	1.697	2.277

O saldo de contas a receber no ativo não circulante da Companhia e sua controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., refere-se à comercialização de imóveis com período de recebimento até 2042, classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia e sua controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., avaliaram e reconheceram o ajuste a valor presente com taxa desconto negociada no momento da assinatura do contrato de venda.

Abaixo demonstração do vencimento dos saldos a receber por ano de vencimento.

	Consolidado		Controladora	
Ano de vencimento	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
2023	354	510	330	390
2024	585	14.943	295	1.293
2025	14.829	3.587	1.397	134
2026	6.113	2.919	138	84
2027	3.197	1.811	89	119
Acima 2027	8.381	5.140	306	21
	33.459	28.910	2.555	2.041

Movimentação da perda esperada em crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Saldo Inicial	577	1.144	236	241
Provisões constituídas	1.405	1.273	622	2
Provisões revertidas	(818)	(1.840)	–	(7)
Saldo final	1.164	577	858	236

9. Contas correntes - Cooperativa: Correspondem aos direitos a receber por comercialização de açúcar e etanol junto à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Não constam valores vencidos em 31/03/2025.

10. Estoques:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Produtos acabados (i)	2.140	22.405	1.288	20.644
CBIOS	24.192	37.286	19.479	29.874
Imóveis a comercializar (ii)	53.777	51.660	7.471	8.212
Manutenção industrial e agrícola (iii)	106.757	64.107	75.330	38.537
Almoxarifado	59.334	59.048	40.023	40.707
Outros	1.036	7.178	511	6.644
	247.236	241.684	144.102	144.618
Circulante	197.453	193.149	136.631	136.406
Não circulante	49.783	48.535	7.471	8.212
	247.236	241.684	144.102	144.618

(i) Os produtos acabados referem-se substancialmente a etanol e açúcar da Companhia e de sua controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e estão à disposição da Cooperativa para comercialização. (ii) Os estoques no ativo não circulante referem-se substancialmente a imóveis da Companhia e de sua controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. destinados à venda. Em 2024 foi integralizado pela Companhia para a controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. o montante de R$ 1.107 em imóveis. (iii) A conta de manutenção industrial e agrícola inclui gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte. A Companhia cedeu em garantia lotes urbanos, que encontram-se contabilizados na rubrica imóveis a comercializar, para suas operações de Capital de Giro e Custeio Agrícola no valor de mercado de R$ 2.168 (R$ 3.447 em março de 2024).

11. Ativo biológico: A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, atendendo, assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos (cana-de-açúcar) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. Em 31 de março de 2025, os fluxos de caixa foram descontados por 10,57% (11,85% em 2024) que é o WACC (*Weight Average Capital Cost* - Custo Médio Ponderado do Capital) do Grupo. **Cana-de-açúcar:** ***(i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos:*** Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconheceu seus ativos biológicos a valor justo onde as lavouras de cana-de-açúcar são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. ***(ii) Apresentação:*** A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Saldo Inicial	332.398	294.313	211.669	197.400
Adições de tratos culturais	294.372	260.215	172.969	156.794
Mudança no valor justo menos despesas	12.352	14.165	35.258	27.437
Amortizações e depreciações do exercício	(259.597)	(236.295)	(160.290)	(169.962)
Saldo contábil, líquido	379.525	332.398	259.606	211.669

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: • O preço estimado do ATR fosse maior (menor); • A produtividade (toneladas de cana por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e • A taxa de desconto fosse menor (maior). As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. *Soqueiras de cana-de-açúcar:* As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Área a ser replantada (hectares)	8.268	14.135	5.706	9.330
Custo do replantio (R$/hectares)	16.167,12	14.281,00	15.296,91	14.140,00

Lavouras de cana-de-açúcar: As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	31 de março de 2024	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos destacados	Aumento de capital	31 de março de 2025
31 de março de 2025						
Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar	939.592	45.850	(4.789)	(13.556)	–	967.097
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	125.598	25.309	–	(6.011)	1.152	146.048
Copersucar S.A.	61.973	11.672	(610)	(10.111)	–	62.924
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	5.059	178	–	(41)	–	5.196
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	31.450	11.916	–	(2.830)	–	40.536
	1.163.672	**94.925**	**(5.399)**	**(32.549)**	**1.152**	**1.221.801**

	31 de março de 2023	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos destacados	Aumento de capital	31 de março de 2024
31 de março de 2024						
Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar	825.599	82.283	(6.764)	(21.526)	60.000	939.592
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	104.175	19.212	1	(4.563)	6.773	125.598
Copersucar S.A.	65.280	7.634	9.204	(26.065)	5.921	61.973
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	4.948	146	–	(35)	–	5.059
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	7	1.695	–	(392)	30.140	31.450
	1.000.009	**110.970**	**2.441**	**(52.581)**	**102.834**	**1.163.672**

	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
31 de março de 2024									
Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar	100,00%	61.806.987.331	1.525.141	1.525.141	791.792	686.531	(595.891)	90.640	82.283
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,97%	60.019.402	141.563	141.563	125.640	26.784	(7.567)	19.217	19.212
Copersucar S.A.	2,9963%	62.622.557	16.644.887	16.644.887	2.093.455	59.022.582	(58.724.797)	297.785	7.634
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.617	5.617	5.059	176	(30)	146	146
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	30.190.000	32.306	32.306	31.450	4.447	(2.752)	1.695	1.695
									110.970
31 de março de 2025									
Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar	100,00%	61.806.987.331	1.629.752	1.629.752	830.527	648.248	(591.167)	57.081	45.850
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	100,00%	65.577.178	164.554	164.554	146.047	34.449	(9.138)	25.311	25.309
Copersucar S.A.	2,9963%	62.622.557	16.650.804	16.650.804	2.100.099	64.460.606	(64.053.922)	406.684	11.672
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.761	5.761	5.195	210	(32)	178	178
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	30.190.000	61.006	61.006	40.536	25.845	(13.929)	11.916	11.916
									94.925

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	–	–	83.253	103.336
Participação nos lucros de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	27.770	21.396	11.672	7.634
Outros dividendos recebidos	82	49	82	49
	27.852	**21.445**	**11.754**	**7.683**

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.: A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, sócias e que inclui a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

17. Propriedade para investimentos: Refere-se a diversos lotes urbanos e rurais, localizados em pontos estratégicos do Município de Cianorte, Estado do Paraná, que estavam classificados como estoques no ativo não circulante e foram transferidos para a rubrica propriedade para investimentos, com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo, passando a mensuração ser pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa especializada. Os lotes urbanos foram valorizados pelo método comparativo de dados de mercado e características. O critério adotado foi o da comparação entre eventos similares localizados na mesma região onde se encontram os lotes em questão. Os valores apresentados representam o valor justo, que é o valor pela qual um ativo pode ser negociado.

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Saldo em 31 de março de 2024	**103.455**	**102.789**	**62.657**	**62.071**
Aquisição	436	413	297	338
Alteração do valor justo (i)	(18)	672	(297)	248
Depreciações	(419)	(419)	–	–
Saldo em 31 de março de 2025	**103.455**	**103.455**	**62.657**	**62.657**

(i) A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimentos foi classificada como Nível 3 com bases nos *inputs* utilizados na nota explicativa nº 4. A Companhia e suas controladas avaliaram os preços de mercado dos referidos terrenos por empresa especializada e houve redução no valor no montante de R$ 297 para a Controladora e de R$ 18 para a Companhia e suas controladas para o período de 1º de abril de 2024 até 31 de março de 2025. A Controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., possui 02 lotes urbanos localizados em pontos estratégicos do Município de Cianorte, Estado do Paraná, sendo 01 com a construção do BTS - Built to Suit e 01 com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo. Esses imóveis foram avaliados ao seu valor justo. A Controlada Melhoramentos Propriedade Agrícolas Ltda. possui lotes rurais localizados no Município de Nova Londrina, Estado do Paraná, com objetivo de obter renda através de arrendamento rural, sendo a sua mensuração pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa especializada.

18. Imobilizado:

Consolidado	Terras	Construções e instalações	Equipamentos Escritório	Equipamentos Transporte	Equipamentos Técnicos	Equipamentos Agrícolas	Plantas portadoras	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2023	22.833	97.611	5.278	84.469	503.708	218.013	641.529	39.351	1.612.792
Aquisições	–	289	1.107	16.163	13.243	59.719	267.948	63.028	421.497
Transferências	–	3.492	(346)	770	13.466	8.513	–	(25.895)	–
Baixas	–	(87)	(127)	(3.194)	(849)	(1.895)	(3.606)	(428)	(10.186)
Depreciação	–	(3.182)	(872)	(11.900)	(33.192)	(32.076)	(124.950)	–	(206.172)
Saldos em 31 de março de 2024	22.833	98.123	5.040	86.308	496.376	252.274	780.921	76.056	1.817.931
Custo total	22.833	132.312	22.060	151.571	826.708	428.772	1.522.089	76.056	3.182.401
Depreciação acumulada	–	(34.189)	(17.020)	(65.263)	(330.332)	(176.498)	(741.168)	–	(1.364.470)
Saldos em 31 de março de 2024	22.833	98.123	5.040	86.308	496.376	252.274	780.921	76.056	1.817.931
Aquisições	–	102	3.646	39.328	35.886	26.670	240.613	106.541	452.786
Transferências	–	35.740	1.725	(675)	64.743	12.707	20.215	(134.455)	–
Baixas	–	(22)	(12)	(1.544)	(515)	(3.930)	(2.083)	(4.771)	(12.877)
Depreciação	–	(3.275)	(1.133)	(12.917)	(36.713)	(38.370)	(164.334)	–	(256.742)
Saldos em 31 de março de 2025	22.833	130.668	9.266	110.500	559.777	249.351	875.332	43.371	2.001.098
Custo total	22.833	168.132	27.419	188.680	926.822	464.219	1.780.834	43.371	3.622.310
Depreciação acumulada	–	(37.464)	(18.153)	(78.180)	(367.045)	(214.868)	(905.502)	–	(1.621.212)
Saldos em 31 de março de 2025	22.833	130.668	9.266	110.500	559.777	249.351	875.332	43.371	2.001.098

Controladora	Terras	Construções e instalações	Equipamentos Escritório	Equipamentos Transporte	Equipamentos Técnicos	Equipamentos Agrícolas	Plantas portadoras	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2023	19.690	63.262	3.964	47.335	301.187	132.507	369.907	31.036	968.888
Aquisições	–	237	800	3.812	12.535	35.515	161.857	41.170	255.926
Transferências	–	3.464	76	925	9.037	7.439	–	(20.941)	–
Baixas	–	(87)	(121)	(2.388)	(502)	(988)	–	–	(4.086)
Baixas Integralização	–	–	(6)	–	(30.133)	–	–	–	(30.139)
Depreciação	–	(2.406)	(702)	(4.423)	(20.234)	(22.824)	(78.036)	–	(128.625)
Saldos em 31 de março de 2024	19.690	64.470	4.011	45.261	271.890	151.649	453.728	51.265	1.061.964
Custo total	19.690	92.750	16.791	76.185	514.759	279.967	1.069.652	51.265	2.121.059
Depreciação acumulada	–	(28.280)	(12.780)	(30.924)	(242.869)	(128.318)	(615.924)	–	(1.059.095)
Saldos em 31 de março de 2024	19.690	64.470	4.011	45.261	271.890	151.649	453.728	51.265	1.061.964
Aquisições	–	98	2.970	36.115	23.520	15.666	188.873	79.270	346.512
Transferências	–	32.357	1.165	333	47.903	11.594	12.106	(105.458)	–
Baixas	–	(22)	(11)	(900)	(495)	(2.356)	(1.222)	–	(5.006)
Depreciação	–	(2.471)	(980)	(6.453)	(21.549)	(26.469)	(99.909)	–	(157.831)
Saldos em 31 de março de 2025	19.690	94.432	7.155	74.356	321.269	150.084	553.576	25.077	1.245.639
Custo total	19.690	125.183	20.915	111.733	585.687	304.871	1.269.409	25.077	2.462.565
Depreciação acumulada	–	(30.751)	(13.760)	(37.377)	(264.418)	(154.787)	(715.833)	–	(1.216.926)
Saldos em 31 de março de 2025	19.690	94.432	7.155	74.356	321.269	150.084	553.576	25.077	1.245.639

Garantia: Os bens do ativo imobilizado foram cedidos em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 27. ***Análise do valor de recuperação:*** De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas avaliaram em 31 de março de 2025 os indicativos e concluíram não haver necessidade de determinação do valor recuperável - teste de *impairment*. ***Depreciação do período:*** Do montante de R$ 157.831 de depreciação do período da Companhia (R$ 128.625 em março de 2024), R$ 156.003 foi apropriado nos custos de produção (R$ 127.815 em 2024) e R$ 1.828 como despesas administrativas (R$ 810 em março de 2024). Do montante de R$ 256.742 de depreciação do período da Companhia e suas controladas (R$ 206.172 em março de 2024), R$ 254.695 foi apropriado nos custos de produção (R$ 205.146 em março de 2024) e R$ 2.047 como despesas administrativas (R$ 1.026 em março de 2024). ***Capitalização de juros:*** Para o exercício encerrado em março de 2025, foi contabilizado no ativo imobilizado da Companhia, o montante de R$ R$ 14.902 (R$ 11.218 em março de 2024), referente a capitalização de juros sob aquisição de imobilizado. Para o exercício encerrado em março de 2025, foi contabilizado no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, o montante de R$ R$ 22.088 (R$ 19.000 em março de 2024), referente a capitalização de juros sob aquisição de imobilizado. ***Imobilizado em andamento:*** Refere-se substancialmente a obras e melhorias realizadas no período de entressafra nas plantas industriais, em fase final de conclusão. ***Baixas por integralização:*** Referem-se a aumento de capital via integralização de imobilizados na Controlada Melhoramentos Bioenergia Ltda. **19. Direito de uso (ativo) e parcerias agrícolas a pagar (passivo):** A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Saldo inicial	646.786	564.421	348.606	340.039
Adições por novos contratos	160.666	157.341	75.121	49.682
Atualização contratual	45.743	22.823	42.975	(11.546)
Depreciação	(129.505)	(97.799)	(51.053)	(29.569)
Saldo em 31 de março de 2025	**723.691**	**646.786**	**415.649**	**348.606**
Vida útil (anos)	11,53	11,85	12,09	13,72

A movimentação das parcerias agrícolas a pagar foi a seguinte:

Consolidado Movimentação	Saldo dos compromissos de parcerias agrícolas	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento mercantil
Saldo em 31 de março de 2023	**904.247**	**(16.922)**	**(309.171)**	**578.154**
Adição/compensação de adiantamentos	–	(16.876)	–	(16.876)
Adições por novos contratos	300.464	–	(143.310)	157.154
Atualização contratual	(24.392)	–	47.477	23.085
Pagamentos efetuados	(148.176)	–	–	(148.176)
Apropriação de encargos financeiros	–	–	61.787	61.787
Saldo em 31 de março de 2024	**1.032.143**	**(33.798)**	**(343.217)**	**655.128**
Adição/compensação de adiantamentos	–	6.258	–	6.258
Adições por novos contratos	250.966	–	(90.300)	160.666
Atualização contratual	63.934	–	(18.190)	45.743
Pagamentos efetuados	(193.170)	–	–	(193.170)
Apropriação de encargos financeiros	–	–	68.371	68.371
Saldo em 31 de março de 2025	**1.153.873**	**(27.540)**	**(383.337)**	**742.996**

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Passivo circulante	130.219	90.346
Passivo não circulante	612.777	564.782
	742.996	**655.128**

Controladora Movimentação	Saldo dos compromissos de parcerias agrícolas	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento mercantil
Saldo em 31 de março de 2023	**596.693**	**(16.922)**	**(230.935)**	**348.836**
Adição/compensação de adiantamentos	–	(8.651)	–	(8.651)
Adições por novos contratos	82.475	–	(32.792)	49.683
Atualização contratual	(24.392)	–	12.846	(11.546)
Pagamentos efetuados	(57.455)	–	–	(57.455)
Apropriação de encargos financeiros	–	–	26.281	26.281
Saldo em 31 de março de 2024	**597.321**	**(25.573)**	**(224.600)**	**347.148**
Adição/compensação de adiantamentos	–	(4.128)		(4.128)
Adições por novos contratos	113.610	–	(38.489)	75.121
Atualização contratual	59.290	–	(16.315)	42.975
Pagamentos efetuados	(73.354)	–	–	(73.354)
Apropriação de encargos financeiros	–	–	34.120	34.120
Saldo em 31 de março de 2025	**696.867**	**(29.701)**	**(245.284)**	**421.882**

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Passivo circulante	39.371	26.907
Passivo não circulante	382.513	320.241
	421.883	**347.148**

Os saldos estimados de parcerias agrícolas a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Consolidado	Controladora
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	130.219	39.371
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	182.409	84.191
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	165.203	79.726
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	130.585	72.328
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	96.936	60.586
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	69.543	50.009
A partir de 01/04/2031	351.438	280.956
(–) Ajuste a valor presente	(383.337)	(245.284)
	742.996	**421.883**

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustados a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos	Consolidado	Controladora
2 anos	17,42%	17,44%
3 anos	17,29%	17,31%
4 anos	17,18%	17,20%
5 anos	17,11%	17,13%
6 anos	17,03%	17,05%
7 anos	16,97%	16,99%
8 anos	16,91%	16,93%
9 anos	16,84%	16,86%
10 anos	16,81%	16,83%
11 anos	16,79%	16,81%
12 a 23 anos	16,79%	16,81%

Para novos contratos incluídos no ano a taxa incremental foi de 15,29%, com base na captação de recursos no exercício.

20. Fornecedores:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Fornecedores a pagar a partes relacionadas - Nota 27	–	–	342	42
Fornecedores a pagar a terceiros	151.209	137.208	97.946	81.367
	151.209	137.208	98.288	81.409
Circulante	151.209	137.078	98.288	81.279
Não Circulante	–	130	–	130
	151.209	137.208	98.288	81.409

O saldo de fornecedores a pagar referem-se substancialmente a aquisição de equipamentos para renovação de frota e aquisição de insumos para plantio e tratos culturais da Companhia e sua Controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. **21. Empréstimos e financiamentos:** Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 29 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Passivo circulante				
Debêntures	36.972	157.958	36.972	157.958
Capital de giro	325.186	276.539	268.966	224.858
FINAME	11.974	11.664	521	–
	374.132	446.161	306.459	382.816
Passivo não circulante				
Debêntures	1.128.334	758.450	1.128.334	758.450
Capital de giro	738.227	759.857	620.812	589.238
FINAME	184.872	70.349	59.749	–
	2.051.433	1.588.656	1.808.895	1.347.688
	2.425.565	2.034.817	2.115.354	1.730.504

As operações de empréstimos e financiamentos estão garantidas por aval das Controladoras Companhia Agrícola Caiuá e Timbotu Participações e das controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Melhoramentos Bioenergia, Melhoramentos Propriedades Agrícolas, alienação fiduciária dos bens objeto dos financiamentos, fiança bancária, aval da Diretoria, Cessão de Direitos Creditórios da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e de Álcool do Estado de São Paulo, equipamentos e imóveis de propriedade da Companhia. As taxas de financiamentos e os prazos de vencimentos das operações estão assim distribuídos:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	Consolidado 31 de março de 2025 Valor contábil	Consolidado 31 de março de 2024 Valor contábil	Controladora 31 de março de 2025 Valor contábil	Controladora 31 de março de 2024 Valor contábil
Debêntures	R$	IPCA e Taxa Pré-Fixada	12,49%	2025 a 2032	1.165.306	916.408	1.165.306	916.408
Capital de giro	R$	CDI e Taxa Pré-fixada	13,92%	2025 a 2032	1.063.413	1.036.396	889.778	814.096
FINAME	R$	Taxa Pré-fixada	9,85%	2025 a 2040	196.846	82.013	60.270	–
					2.425.565	2.034.817	2.115.354	1.730.504

Valor justo: Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, os empréstimos e financiamentos não possuem valor cotado, mas a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação, e a exposição a taxas de juros variáveis e a variação são irrelevantes para o risco de crédito da Companhia e suas controladas. As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado 31 de março de 2025	Consolidado 31 de março de 2024	Controladora 31 de março de 2025	Controladora 31 de março de 2024
2025	374.372	448.418	306.669	385.072
2026	382.652	437.331	315.605	374.919
2027	437.457	374.623	381.856	311.077
2028	340.434	330.214	309.386	279.285
Acima de 2029	890.650	444.231	801.838	380.150
	2.425.565	2.034.817	2.115.354	1.730.504

Conciliação da movimentação do fluxo de caixa decorrentes das atividades de financiamentos durante o exercício encerrado:

Consolidado	31 de março de 2024	Adições	Pagamentos	Juros pagos	Apropriação de encargos financeiros	Outros resultados abrangentes	31 de março de 2025
Empréstimos e financiamentos	2.034.817	574.647	(274.760)	(191.283)	282.144	–	2.425.565
Instrumentos financeiros derivativos - nota 22	(57.652)	–	–	180	9.543	6.060	(41.869)
Financiamentos - Cooperativa - nota 23	6.877	6.603	(7.228)	(89)	44	–	6.207
Total	**1.984.042**	**581.250**	**(281.988)**	**(191.192)**	**291.731**	**6.060**	**2.389.903**

	31 de março de 2023	Adições	Pagamentos	Juros pagos	Apropriação de encargos financeiros	Outros resultados abrangentes	31 de março de 2024
Empréstimos e financiamentos	1.933.318	812.466	(707.294)	(242.519)	238.846	–	2.034.817
Instrumentos financeiros derivativos - nota 22	(52.819)	–	–	(33.108)	26.437	1.838	(57.652)
Financiamentos - Cooperativa - nota 23	7.995	7.882	(8.966)	(118)	84	–	6.877
Total	**1.888.494**	**820.348**	**(716.260)**	**(275.745)**	**265.367**	**1.838**	**1.984.042**

Controladora	31 de março de 2024	Adições	Pagamentos	Juros pagos	Apropriação de encargos financeiros	31 de março de 2025
Empréstimos e financiamentos	1.730.504	510.169	(217.388)	(148.942)	241.011	2.115.354
Instrumentos financeiros derivativos - nota 22	(58.609)	–	–	1.155	9.702	(47.752)
Financiamentos - Cooperativa - nota 23	6.878	6.603	(7.228)	(89)	44	6.208
Total	**1.678.772**	**516.772**	**(224.616)**	**(147.876)**	**250.757**	**2.073.809**

	31 de março de 2023	Adições	Pagamentos	Juros pagos	Apropriação de encargos financeiros	31 de março de 2024
Empréstimos e financiamentos	1.626.530	772.000	(665.118)	(199.447)	196.539	1.730.504
Instrumentos financeiros derivativos - nota 22	(52.819)	–	–	(33.108)	27.318	(58.609)
Financiamentos - Cooperativa - nota 23	7.995	7.882	(8.966)	(118)	84	6.877
Total	**1.581.706**	**779.882**	**(674.084)**	**(232.673)**	**223.941**	**1.678.772**

Para algumas operações financeiras contratadas pela Companhia, estão atreladas ao cumprimento de indicadores financeiros (*covenants*), conforme demonstrado na nota explicativa 29. **22. Instrumentos financeiros derivativos:** Para mitigação dos efeitos inflacionários em operação de Debêntures, a Companhia contratou as seguintes operações de *Swaps* para troca de taxas e indexadores: (i) *Swaps* de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,45% a.a. em substituição à taxa de subscrição de emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações e de Espécie Quirografária, com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a.. O objetivo do *hedge* é proteger o valor de R$ 291.918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (ii) *Swaps* de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,77% a.a. em substituição à taxa de subscrição de emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações e de Espécie Quirografária, com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,57% a.a. O objetivo do *hedge* é proteger o valor de R$ 230 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo de vigência da operação é de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses, e vencimento em 15 de junho de 2029. (iii) *Swaps* de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,77% a.a. em substituição à taxa de subscrição de emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações e de Espécie Quirografária, com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 6,45% a.a. O objetivo do *hedge* é proteger o valor de R$ 390 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo de vigência da operação é de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses, e vencimento em 15 de agosto de 2030. (iv) *Swaps* de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,45% a.a. em substituição à taxa de subscrição de emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações e de Espécie Quirografária, com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do *hedge* é proteger o valor de R$ 200 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo de vigência da operação é de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses, e vencimento em 15 de junho de 2032. (v) *Swaps* de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,29% a.a. em substituição à taxa de contratação de Cédula de Crédito Bancário junto ao FINAME/BNDES, com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,347% a.a.. O objetivo do *hedge* é proteger o valor de R$ 16.764 milhões da liberação do contrato quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo de vigência da operação é de 16 (dezesseis) anos, e vencimento em 15 de junho de 2040. (vi) *Swaps* de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,70% a.a. em substituição à taxa de contratação de Cédula de Crédito Bancário junto ao FINAME/BNDES, com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,7689% a.a. O objetivo do *hedge* é proteger o valor de R$ 43.358 milhões da liberação do contrato quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo de vigência da operação é de 16 (dezesseis) anos, e vencimento em 15 de junho de 2040. A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*, conforme CPC 48 para a contabilização desse instrumento financeiro. Foram realizados testes prospectivos de eficácia e efetividade que demonstraram que o instrumento designado para *hedge* é altamente efetivo em sua cobertura. As exposições dos riscos estão apresentadas na nota explicativa nº 29. Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de *hedge* são classificados como "valor justo por meio de resultado" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/ (passivo)	Resultado	Patrimônio
Debêntures	IPCA + 7,20%	Fluxo de caixa	290.000	311.424	(34.484)	–
SWAP	CDI + 1,45%	Fluxo de caixa	290.000	7.019	11.522	(14.665)
Debêntures	IPCA + 7,57%	Fluxo de caixa	230.000	250.461	(30.475)	–
SWAP	CDI + 1,77%	Fluxo de caixa	230.000	(36.504)	–	13.892
Debêntures	IPCA + 6,45%	Fluxo de caixa	390.000	425.283	(47.362)	–
SWAP	CDI + 1,77%	Fluxo de caixa	390.000	(27.733)	–	8.493
Debêntures	IPCA + 7,20%	Fluxo de caixa	200.000	212.832	(20.343)	–
SWAP	CDI + 1,45%	Fluxo de caixa	200.000	6.845	–	(11.696)
CCB	PRÉ 10,80%	Fluxo de caixa	50.000	29.374	(5.628)	–
SWAP	CDI + 1,97%	Fluxo de caixa	50.000	(1.342)	–	709
BNDES	IPCA + 7,35%	Fluxo de caixa	43.358	43.750	(4.091)	–
SWAP	CDI + 1,29%	Fluxo de caixa	43.358	2.651	–	(3.107)
BNDES	IPCA + 7,77%	Fluxo de caixa	16.764	16.918	(1.635)	–
SWAP	CDI + 1,70%	Fluxo de caixa	16.764	1.034	–	(1.212)
CPR	PRÉ 12,30%	Fluxo de caixa	32.000	26.960	(5.289)	–
SWAP	CDI + 4,13%	Fluxo de caixa	32.000	279	–	(106)

23. Financiamentos - Cooperativa:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Financiamentos Cooperativa	6.208	6.878	6.208	6.878
Circulante	303	973	303	973
Não Circulante	5.905	5.905	5.905	5.905
	6.208	6.878	6.208	6.878

Referem-se a recursos financiados junto à Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e de Álcool do Estado de São Paulo, garantidos por aval da Controladora Companhia Agrícola Caiuá, cartas de fianças e notas promissórias, sendo R$ 303 mil com taxa de juros de 100% da variação da SELIC e R$ 5.905 mil sem juros e com vencimento em 2026 a 2027.

24. Passivos fiscais:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Contrib. s/ produção rural	13.739	10.441	12.696	9.608
ITR	1.740	2.286	1.740	2.286
ICMS	28	1.519	28	1.519
Contrib. previdenciária	36	191	36	191
COFINS	1.325	1.017	–	–
Contrib. social retidas	598	542	394	349
PIS	287	220	–	–
Outros	1.839	1.764	152	283
	19.592	17.980	15.046	14.236
Circulante	18.065	16.874	15.046

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social está representado por 3.925 (3.992 em 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de junho de 2024, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 43.000 por meio da capitalização de reserva de lucros/reserva estatutária operacional. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76, em 31 de março de 2025, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital. A proposta da administração é de aumentar o capital social através de capitalização da reserva estatutária operacional, assunto que será deliberado na próxima Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de julho de 2025. **Ações em Tesouraria:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de junho de 2024, foi deliberado o cancelamento de 67 ações ordinárias de emissão mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, com a absorção de R$ 12.049 de parte do saldo da reserva de lucros/reserva estatutária operacional. Durante o exercício encerrado em março de 2025, houve a aquisição de 1 ação ordinária nominativa e sem valor nominal para manutenção em tesouraria no montante de R$ 311. **Reserva legal:** É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva estatutária operacional:** Refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro líquido do exercício a fim de assegurar investimentos em bens do ativo imobilizado, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas ao orçamento de capital em observância ao artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo não poderá ultrapassar a 90% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de junho de 2024, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 43.000 por meio da capitalização de parte da reserva de lucros/reserva estatutária operacional. Em 31 de março de 2025, o saldo da reserva estatutária operacional ultrapassou a 90% do capital social, conforme previsto no art. 22 parágrafo 3º do Estatuto Social e excesso de reservas sobre o capital conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. A proposta da administração é de aumentar o capital social através de capitalização das reservas estatutária operacional, assunto que será deliberado na próxima Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de julho de 2025. **Reserva de reavaliação:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, efetuada em 2006 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, correspondendo à contrapartida do novo valor de custo atribuído a esses bens, conforme faculta o item 38 (a) do Pronunciamento Técnico CPC 13. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. **Ajustes de avaliação patrimonial:** Refere-se substancialmente aos resultados de valor justo de *hedge accounting*. São operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O saldo é revertido do patrimônio líquido a medida em que ocorrem os vencimentos/liquidações. **Dividendos:** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Lucro do exercício	123.913	206.610
(–) Constituição de reserva legal	6.196	10.330
(+) Reavaliação reflexa	417	492
(=) Lucro líquido ajustado	118.134	196.772
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	29.534	49.193
	31 de março de 2025	**31 de março de 2024**
Dividendos a pagar do exercício	29.534	49.193
Dividendos a pagar de exercícios anteriores (1)	179	581
(=) Dividendos a pagar	29.712	49.774

(1) Refere-se a dividendos não reclamados de exercícios anteriores. **Participação dos administradores nos lucros:** De acordo com o art.152 da Lei nº 6.404/76 os Acionistas em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de junho de 2024, atribuíram aos administradores participação no lucro o montante de R$ 22.140 (R$ 11.400 em março de 2024). O valor da participação desse exercício está contemplado os encargos no montante de R$ 8.740. **29. Instrumentos financeiros: a. Gestão de riscos financeiros:** ***Visão geral:*** A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital de cada Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **b. Estrutura do gerenciamento de risco:** ***Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A gestão do risco de crédito da Companhia e da suas controladas é centrada no relacionamento formalizado com a Copersucar S.A. e com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. O direcionamento dos negócios "Cooperativa/Cooperados" é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. ***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas. ***Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Os empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas são em em moeda nacional, não ficando expostos a risco de câmbio ou instabilidade internacional. ***Risco de taxa de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas. ***Risco operacional:*** Com o objetivo de implementar controles e gerar resultados, a Companhia e suas controladas, baseada em indicadores de desempenho define as responsabilidades operacionais e monitora as diversas áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregados ao desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da Companhia e da suas controladas maximize os resultados pretendidos. Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e da suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e da suas controladas. O objetivo da Companhia e da suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e da suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos (*swap*). Durante o exercício findo de 31 de março de 2025, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Consolidado

Ativos	Nota	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo Amortizado	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Caixa e Equivalentes de caixa	7	–	–	658	658	1.733
Aplicações Financeiras	7	–	–	846.612	846.612	613.361
Contas a receber de clientes	8	–	–	32.295	32.295	28.333
Contas-correntes - Cooperativa	9	–	–	70.064	70.064	44.603
Instrumentos financeiros derivativos	22	–	65.579	–	65.579	58.609
Outros investimentos	15	3.929	–	–	3.929	3.929
Depósitos judiciais	26	–	–	23.408	23.408	21.008
Outros créditos	13	–	–	23.121	23.121	24.304
		3.929	65.579	996.158	1.065.666	795.880

Passivos	Nota	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Passivo financeiro ao valor justo	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Fornecedores	20	151.209	–	151.209	137.208
Empréstimos e financiamentos	21	2.425.565	–	2.425.565	2.034.817
Financiamentos - Cooperativa	23	6.208	–	6.208	6.878
Parcerias agrícolas a pagar	19	742.996	–	742.996	655.128
Instrumentos financeiros derivativos	22	–	23.710	23.710	957
Outras obrigações	25	24.435	–	24.435	17.737
		3.350.412	23.710	3.374.123	2.852.725

Controladora

Ativos	Nota	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo Amortizado	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Caixa e Equivalentes de caixa	7	–	–	566	566	93
Aplicações Financeiras	7	–	–	611.010	611.010	435.508
Contas a receber de clientes	8	–	–	1.697	1.697	2.277
Contas-correntes - Cooperativa	9	–	–	40.787	40.787	26.850
Instrumentos financeiros derivativos	22	–	65.579	–	65.579	58.609
Outros investimentos	15	3.929	–	–	3.929	3.929
Depósitos judiciais	26	–	–	20.802	20.802	20.291
Outros créditos	13	–	–	32.792	32.792	31.537
		3.929	65.579	707.654	777.162	579.094

Passivos	Nota	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Passivo financeiro ao valor justo	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Fornecedores	20	98.288	–	98.288	81.409
Empréstimos e financiamentos	21	2.115.354	–	2.115.354	1.730.504
Financiamentos - Cooperativa	23	6.208	–	6.208	6.878
Parcerias agrícolas a pagar	19	421.883	–	421.883	347.148
Instrumentos financeiros derivativos	22	–	17.827	17.827	–
Outras obrigações	25	46.956	–	46.956	43.373
		2.688.689	17.827	2.706.516	2.209.311

Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Riscos de crédito	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	658	1.733	566	93
Aplicações financeiras	846.612	613.361	611.010	435.508
Contas a receber de clientes	32.295	28.333	1.697	2.277
Conta-corrente Cooperativa	70.064	44.603	40.787	26.850
Outros créditos	23.121	12.995	32.792	31.537
	972.750	701.025	686.852	496.265

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco. ***Riscos climáticos:*** As plantações de cana-de-açúcar da Companhia, estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas do mesmo. **c. Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, relacionados a CDI e IPCA. As Aplicações Financeiras da Companhia estão atreladas à variação do CDI. Em 31/03/2025, a Companhia realizou análise de sensibilidade considerando que as taxas de juros CDI e IPCA se mantenham inalteradas e em um segundo cenário considerou um incremento de 50% nas taxas esperadas sobre o saldo de suas debêntures, empréstimos e financiamentos. Como referência utilizamos o CDI na data-base de 31 de março de 2025 a 10,65% aa. e o IPCA acumulado 12 meses a 4,50%. O quadro a seguir apresenta os efeitos das mudanças nos fatores de riscos de mercado relevantes aos quais a Companhia está exposta. Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

Análise de sensibilidade - Consolidado		Saldo em 31/03/2025	Cenário I		Cenário II Incremento	
Aplicações Financeiras			Taxa		Taxa	
Aplicações Financeiras	CDI	847.101	14,15%	119.865	17,69%	149.831
Empréstimos e Financiamentos			Taxa		Taxa	
Capital de Giro	CDI	1.063.413	16,86%	179.242	18,20%	193.566
FINAME	IPCA	196.846	12,20%	24.023	15,78%	31.055
Debêntures	IPCA	1.165.306	4,50%	52.439	9,54%	111.170
		2.425.565		255.704		335.791
Efeito Líquido		**1.578.464**		**135.839**		**185.960**

Análise de sensibilidade - Controladora		Saldo em 31/03/2024	Cenário I		Incremento	
Aplicações Financeiras			Taxa		Taxa	
Aplicações Financeiras	CDI	611.494	13,65%	83.469	17,06%	104.336
Empréstimos e Financiamentos			Taxa		Taxa	
Capital de Giro	CDI	889.778	13,65%	121.455	17,06%	151.818
Debêntures	IPCA	1.165.306	5,59%	65.141	6,99%	81.426
		2.055.084		186.595		233.244
Efeito Líquido		**1.443.590**		**103.126**		**128.908**

Risco de taxa de juros: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Consolidado	Valor contábil 31 de março de 2025	Valor contábil 31 de março de 2024
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	658	1.733
Aplicações financeiras	846.612	613.361
Instrumentos financeiros derivativos	65.579	58.609
	912.849	673.703
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Financiamentos bancários	2.425.565	2.034.817
Instrumentos financeiros derivativos	23.710	957
	2.449.275	2.035.774

d. Valor justo: Para todos os ativos e passivos financeiros, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas, o valor contábil reflete o valor de liquidação. ***Hierarquia de valor justo:*** A tabela abaixo apresenta ativos registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Consolidado	Valor contábil em 31/03/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Ativo biológico	379.525	–	–	379.525
Propriedade para investimentos	103.455	–	–	103.455
Instrumentos financeiros derivativos	65.579	–	65.579	–
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	23.710	–	23.710	–

	Valor contábil em 31/03/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Ativo biológico	332.398	–	–	332.398
Propriedade para investimentos	103.455	–	–	103.455
Instrumentos financeiros derivativos	58.609	–	58.609	–
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	957	–	957	–

Controladora	Valor contábil em 31/03/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Ativo biológico	259.606	–	–	259.606
Propriedade para investimentos	62.657	–	–	62.657
Instrumentos financeiros derivativos	65.579	–	65.579	–
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	17.827	–	17.827	–

	Valor contábil em 31/03/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Ativo biológico	211.669	–	–	211.669
Propriedade para investimentos	62.657	–	–	62.657
Instrumentos financeiros derivativos	58.609	–	58.609	–

e. Gerenciamento do capital: A Companhia gere seus investimentos em capital para certificar que a entidade tenha assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços. A gestão do capital é focada no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas e investidores, como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados através de crescimento orgânico. Para este propósito é necessário por um lado o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos. A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Para tal é realizado o planejamento e controle financeiro, analisando-se investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis. Para as operações financeiras contratadas pela Companhia, mencionadas na nota explicativa nº 22, ficaram definidos que serão seguidos os indicadores financeiros abaixo:

Operação/Instituição Financeira	Dívida Líquida/EBITDA igual ou menor que	Liquidez Corrente: mínimo igual a
Debêntures/Itaú Unibanco S.A.	2,25	1
Capital de Giro/Banco Santander (Brasil) S.A.	2,25	1
Capital de Giro/Banco do Brasil S.A.	2,25	1
Capital de Giro/Banco BTG Pactual S.A.	2,25	1
Capital de Giro/Banco Bradesco S.A.	2,25	1
Capital de Giro/Banco Votorantim S.A.	2,50	1
Capital de Giro/Internacional Finance Corporation (IFC)	2,25	1
Capital de Giro/Banco Nacional de Desenv. Econômico Social	3,25	N/A
Capital de Giro/Banco Citibank S.A.	2,25	1

Todos os indicadores acima, foram cumpridos em 31 de março de 2025. As medições dos indicadores são anuais.

30. Receita operacional líquida:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Venda de produtos industriais	1.764.712	1.761.012	1.118.692	1.049.365
Venda de produtos agrícolas	19.996	25.334	14.616	20.974
Venda de imóveis	30.973	25.247	413	625
Vendas diversas	3.434	5.046	1.349	1.998
(–) Deduções sobre vendas	(183.022)	(197.733)	(129.526)	(120.801)
	1.636.092	1.618.907	1.005.544	952.161

31. Outros resultados operacionais:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Ajuste valor justo propriedade investimento	(18)	672	(297)	248
Ajuste valor justo estoque CBIO´s	36.436	57.710	27.516	42.909
Outras receitas - Cooperativa	33	162	33	162
Indenização de seguros	1.368	3.531	911	2.769
Créditos tributários extemporâneos (i)	13.439	2.804	–	2.578
Resultado na baixa de ativo imobilizado	710	3.128	531	1.192
Indenizações contratuais	–	(1.343)	–	–
Outros resultados operacionais	3.842	(687)	2.658	543
Recuperação de despesas	313	498	278	464
Reversão de provisões (ii)	2.992	52.081	–	44.837
	59.115	118.556	31.630	95.702

(i) Créditos tributários extemporâneos: referem-se substancialmente a reconhecimento de créditos referente a exportação de Açúcar VHP na controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. (ii) No exercício encerrado em março de 2024, houve a reversão de provisões de contingências tributárias de possíveis discussões de PIS e COFINS, efetuadas no exercício de 2018 na Controladora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **32. Despesas por natureza:**

Consolidado	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Depreciação e amortização	516.758	426.920
Depreciação direito de uso	129.505	97.799
Despesas com pessoal	265.664	252.493
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	304.557	402.909
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	10.487	17.814
Contingências	11.964	7.231
Outras despesas	80.831	78.463
	1.319.766	1.283.629
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	1.197.032	1.161.961
Administrativas e gerais	112.247	103.854
Despesas com Vendas	10.487	17.814
	1.319.766	1.283.629

Controladora	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Depreciação e amortização	318.121	292.960
Depreciação direito de uso	51.053	29.569
Despesas com pessoal	172.269	162.778
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	210.679	229.638
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	6.703	5.668
Contingências	5.083	5.378
Outras despesas	58.501	64.927
	822.409	790.918
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	734.148	703.985
Administrativas e gerais	81.558	81.265
Despesas com Vendas	6.703	5.668
	822.409	790.918

33. Resultado financeiro:

Consolidado	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Juros ativos	9.827	4.343
Rendimento de aplicações financeiras	73.805	69.801
Ajuste a valor presente - clientes	2.472	1.983
Receita financeira - Cooperativa	298	8
Variações monetárias diversas	1.494	128
Ganhos em derivativos	11.522	–
Outras receitas financeiras	4.407	790
Receitas financeiras	103.825	77.053
Despesa de juros sobre passivos financeiros	(278.656)	(256.148)
Despesas financeiras - cooperativa	(5.061)	(745)
Custo captação recursos financeiros	(9.541)	(8.890)
Perdas em derivativos	(261)	(886)
Descontos concedidos	(224)	(236)
Encargos financeiros parcerias a pagar	(68.477)	(61.788)
Outras despesas	(1.209)	(1.397)
Despesas financeiras	(363.429)	(311.090)
Financeiras líquidas	(259.604)	(234.037)

Controladora	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Juros ativos	8.593	2.587
Rendimento de aplicações financeiras	54.493	57.197
Variações monetárias diversas	714	128
Ganhos em derivativos	11.522	–
Outras receitas financeiras	3.011	419
Receitas financeiras	78.333	60.331
Despesa de juros sobre passivos financeiros	(243.562)	(200.872)
Despesas financeiras - cooperativa	(4.018)	(586)
Custo captação debêntures	(7.551)	(6.464)
Encargos financeiros parcerias a pagar	(34.187)	(26.281)
Outras despesas	(1.138)	(1.262)
Despesas financeiras	(290.456)	(235.465)
Financeiras líquidas	(212.123)	(175.134)

34. Compromissos: Compromisso de fornecimento etanol: A Companhia e sua controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar, possuem contrato de exclusividade de fornecimento de etanol e açúcar junto a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra. A Companhia e sua controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar, também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol e açúcar correspondente ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ para os mercados interno e externo. A Controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., firmou em dezembro de 2024 contrato de promessa de permuta de imóveis a comercializar no montante de R$ 40.000, com condições suspensivas, possuindo um valor contábil em março de 2025 de R$ 5.129. A Empresa espera que no decorrer dos próximos 12 meses essas condicionantes serão concluídas e a transação efetivamente registrada.

A Diretoria **Contador: Alisson de Souza Brito -** CRC: PR 049106/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria do exercício corrente foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. **Porque é um PAA: Mensuração de ativo biológico:** Os ativos biológicos (cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos. Conforme divulgado na Nota 11 às demonstrações financeiras, a determinação do valor justo destes ativos biológicos é uma estimativa significativa, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade, preços estimados do ATR (Açúcar Total Recuperável) e taxa de desconto dos fluxos de caixa. Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício da Companhia e do Consolidado. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos em relação à avaliação e mensuração dos ativos biológicos, bem como a análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos. Testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com as informações e dados internos da Companhia aprovados pela diretoria e públicos e/ou de acesso limitado no mercado, bem como as metodologias utilizadas pela diretoria. Adicionalmente, comparamos os dados utilizados com os indicadores-chave de monitoramento da diretoria e com dados externos divulgados para o setor sucroalcooleiro. Finalmente, comparamos os dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela diretoria são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos